



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003574-37.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de vigência – Contrato n. 7/2022 – Contratada OMNICENTRAL TECNOLOGIA EIRELI.

**DESPACHO Nº 99 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo que abriga os atos da contratação firmada entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a empresa **OMNICENTRAL TECNOLOGIA EIRELI**, tendo como objeto a prestação de serviço de fornecimento de solução de comunicação multicanal através da internet, baseado em computação em nuvem, para atender a demanda deste Tribunal, nos termos do Contrato n. 07/2022 ([0818495](#)), com termo final em 21/04/2023.

Considerando a solicitação da STIC dando conta da proximidade do termo final do prazo de vigência da contratação sob exame ([0948450](#)), a unidade gestora do contrato requereu ao fiscal da contratação informação acerca da utilidade dos serviços contratados e do interesse de sua renovação ([0948450](#)), obtendo-se como resposta que no curso de sua vigência a contratação atendeu a finalidade para a que foi proposta, despontando como o sistema mais acessado pelos eleitores na unidade da Ouvidoria, motivo pelo qual manifestou-se pela continuidade do serviço com eventual renovação do contrato ([0948834](#)), bem como a contratada anuiu com a prorrogação pretendida ([0964864](#)).

A unidade demandante juntou aos autos todos os documentos concernentes a fase de estudo preliminar produzidos pela equipe de planejamento da contratação ([0964855](#), [0965006](#), [0965565](#) e [0965609](#)) devidamente aprovados pelo Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação em Substituição (STIC) ([0966418](#)), dando conta, dentre outras demandas, da necessidade da continuidade da solução dos serviços.

Na sequência, o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou o feito, concomitantemente, à COFC para programação orçamentária, à SECONT, com vistas à elaboração da minuta de termo aditivo; e à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico ([0969399](#)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 133 ([0969399](#)), juntou aos autos programação orçamentária no valor de **R\$ 262.068,00** (duzentos e sessenta e dois reais e sete centavos) e nota de dotação orçamentária juntada ao evento n. [0969595](#).

Em seguida, a SECONT carrou aos autos minuta do Termo Aditivo n. 1 ao Contrato n. 07/2022 (evento [0818495](#)), remetendo à AJSAOFC para análise ([0970889](#)).

De posse dos autos, a AJSAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 8/2023 ([0971043](#)) opinando pela possibilidade da prorrogação do prazo de vigência do contrato n. 7/2022 ([0818495](#)) por mais 12 (doze) meses e pela notificação da contratada para apresentação de nova garantia nos termos pactuados. Por fim, aprovou a minuta apresentada pela SECONT (evento [0971596](#)), anotando a necessidade de diligenciar, nas contratações de TIC, no sentido de cumprir todos os requisitos necessários à efetivação da contratação, mais precisamente no que diz respeito à demonstração da vantajosidade na manutenção dos ajustes.

A SAOFC manifestou-se favorável à prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 07/2022 por mais 12 (doze) meses, a contar de **22/04/2023** e data final em **21/04/2024**, com fundamento no [art. 57, IV, da Lei nº 8.666/93](#); bem como pela complementação da garantia contratual apresentada na forma da Cláusula Décima Sexta do Ajuste ([0971623](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que embora tenha sido publicada a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste despacho manter-se-á a citação da lei antiga considerando que é a que está sendo aplicada no curso dos presentes autos.

Conforme relatado, considerando a proximidade do prazo de vigência do contrato n. 07/2022 ([0818495](#)) em abril do corrente ano, apurou-se a necessidade de eventual prorrogação da avença, havendo, após a regular tramitação do feito, a manifestação positiva por parte da contratada ([0964864](#)) acerca da viabilidade para continuidade dos serviços contratados mediante prorrogação.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em termos gerais, para toda e qualquer prorrogação de prazo contratual faz-se necessário que se observe, no mínimo os seguintes requisitos:

1. Existência de previsão para prorrogação no edital e no contrato;
2. Objeto e escopo do contrato inalterados pela prorrogação;
3. Interesse da Administração e do contratado declarados expressamente;
4. Vantajosidade da prorrogação devidamente justificada nos autos do processo administrativo;
5. Preço compatível com o mercado fornecedor do objeto contratado;
6. Manutenção das condições de habilitação pelo contratado.

Feitos os registros acima, nos termos da cláusula Décima Terceira do contrato em análise há previsão de que a vigência do contrato se estenda além do inicialmente acordado e, em se tratando do objeto da contratação (utilização de programas de informática), esta deve-se operar nos termos do inciso IV do art. 57 da Lei n. 8.666/93.

O presente Aditivo tem por objeto **prorrogar o prazo de vigência da avença citada, por mais 12 (doze) meses, a contar de 22/04/2023 a 21/04/2024**, de modo que computando-se o prazo inicial com o aditivo pretendido não será alcançado o limite de 48 (quarenta e oito) meses estabelecido em lei para o objeto contratado

Da leitura da minuta do termo aditivo juntado ao evento n. [0971596](#) verifica-se que não há alteração do objeto da contratação, uma vez que mantém-se todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário, limitando-se a tratar exclusivamente da prorrogação do prazo de vigência inicialmente acordado.

Além disso, nos termos das informações extraídas do documento de Análise de Viabilidade produzida pela equipe de planejamento da contratação, da manifestação substancial da unidade gestora ([0963004](#)) e da STIC ([0966418](#)), há manifesto interesse na continuidade do serviço com eventual renovação do contrato por parte da Administração e da contratada ([0964864](#)).

Do caderno processual também se verifica a manutenção de todas as condições de habilitação da contratada, de modo que pelas informações do evento [0966493](#) resta comprovada a capacidade de contratar com a Administração Pública, devendo-se, tão somente, haver a atualização



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da certidão de regularidade do FGTS com validade expirada em 25/01/2023 ([0966491](#)).

No que diz respeito à comprovação da vantajosidade da prorrogação, registra-se que tal condição é um imperativo previsto no art. 3º da Lei n. 8.666/93, contudo a própria Corte de Contas (Acórdão 1047/2014-Plenário TC 028.198./2011-5) já deixou assente que embora a pesquisa de preço possa ser facultada, não se dispensa a análise da vantajosidade de acordo com os valores praticados no mercado.

O que se depreende dos autos é que, em que pese a ausência das pesquisas de preços, que restaram frustradas, pode-se avaliar o benefício na adoção da medida de prorrogação tendo em vista, como bem pontuado pela AJSAOFC, que o preço praticado na presente contratação decorreu de certame público onde logrou vencedora a contratada com lance inferior ao estimado, além do fato de em não havendo reajustamento de preços, tem-se que os valores praticados encontram-se abaixo do preço atual de mercado.

Considerando os fundamentos apontados pela assessoria Jurídica extraídos dos presentes autos, verifica-se que há no processo elementos que podem aferir a vantajosidade do atual preço contratado, situação permissiva, no caso concreto, à prorrogação da avença em relação a esse requisito.

Contudo, conforme registrando no parecer da AJSAOFC necessário se faz que todas as prorrogações contratuais sejam munidas de elementos suficientes a comprovar, de forma mais objetiva possível, a efetiva vantajosidade na manutenção dos ajustes, de modo que todas as unidades deste Tribunal atentem-se para o cumprimento do requisito legal de natureza essencial a respaldar as prorrogações pretendidas.

Não se pode deixar de mencionar que nos termos a informações constantes nos eventos n. [0969595](#) e [0969596](#) há a comprovação da existência de recursos orçamentários a suportar o aditivo de prorrogação pelo prazo de 12 (doze) meses.

No que diz respeito a minuta do aditamento juntada ao evento n. [0971596](#), verifica-se que esta já foi aprovada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos, bem como, em se tratando de Solução de TIC, registra-se que restaram cumpridas todas as regras previstas na **Resolução n. 182/2013 do Conselho Nacional de Justiça** que trata das diretrizes para esses tipos de contratações no âmbito do Poder Judiciário.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contudo, considerando o objeto da contratação, a disposição legal acerca da matéria na Lei 8.666/93 e a disposição expressa no contrato originário, deve ser operacionalizada alteração na fundamentação legal constante na cláusula quarta da minuta juntada ao evento n. [0971596](#), de modo a constar o inciso IV do art. 57 em vez do inciso II, como o fundamento legal da pretendida prorrogação.

Nos termos dispostos no art. 56, § 2º da Lei 8.666/93 e Cláusula Décima Sexta do Contrato originário, deverá a contratada ser **notificada** para apresentar nova garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do **patamar financeiro do contrato**, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela cláusula décima sexta do contrato.

Feitos os registros necessários, diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, IV, da Lei n. 8.666/93, bem como do constante da Cláusula Décima Terceira do Contrato TRE-RO n. 07/2022, com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP:

**a) AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº. 07/2022 ([0818495](#)), por mais 12 (doze) meses a contar de 22/04/2023 e data final em 21/04/2024**, nos termos da minuta juntado ao evento n. [0971596](#), mantidos os demais termos e condições pactuados;

**b) DETERMINO a notificação da contratada para apresentar renovação da garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do aditivo contratual**, observadas todas as condições, prazos e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Décima Sexta do Contrato originário e no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, consoante registrado na Cláusula Terceira da minuta do Primeiro Termo Aditivo ([0971596](#));

**c) DETERMINO à SECONT que operacionalize modificação na cláusula Quarta do aditivo juntado ao evento n. [0971596](#)** de modo a constar o inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93 como fundamento legal da presente prorrogação sob análise; e

**d) Deverá o gestor do contrato n. 07/2022 ([0818495](#)) atualizar a certidão de regularidade perante o FGTS para comprovação da regularidade fiscal da contratada, bem como adotar as providências cabíveis para o cumprimento das regras normativas no que diz respeito à comprovação da efetiva vantajosidade dos atuais preços contratados, em todas as prorrogações dos contratos de Solução de**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TIC, a permitir a manutenção dos ajustes, conforme delineado no item 27 do Parecer Jurídico 8 ([0971043](#)).**

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 08/02/2023, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0973228** e o código CRC **97225424**.